

Participação das mulheres na política autárquica em Portugal nos últimos 25 anos (1982 a 2005): especial relevo para as mulheres eleitas apuradas para a presidência dos órgãos

Pedro Nunes

Escola Superior de Gestão

Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

pnunes@ipca.pt

Resumo

O debate sobre a *participação política das mulheres* continua a ser um assunto muito presente. O propósito deste artigo é apurar, em termos quantitativos, daquela participação, em particular na administração local autárquica em Portugal, nos últimos 25 anos. Não se pretende, assim, estimar da melhor, ou pior, *performance* feminina nas respectivas eleições e/ou no exercício do mandato. Trata-se de uma análise que envolve os 308 municípios e as 4.261 freguesias existentes em Portugal. Cobre a quase totalidade dos eleitos no período em análise, num universo respeitante às eleições de 1982, 1989, 1993, 1997, 2001 e 2005, num total de eleitos apurados de 276.068 homens e mulheres, num universo de mulheres eleitas apuradas de 24.905.

Palavras-Chave: participação feminina; eleições autárquicas; Portugal.

PARTICIPATION OF WOMEN IN THE AUTARCHIC POLITICS IN PORTUGAL IN LAST THE 25 YEARS (1982 - 2005): SPECIAL RELIEF FOR THE REFINED ELECT WOMEN FOR THE PRESIDENCY OF THE AGENCIES.

Abstract

The debate around the women's participation in politics continues to be a very present subject. This article has the intention to select, in quantitative terms, that kind of participation, particularly in the case of the autarchic local administration in Portugal, through the last 25 years. It does not intend, thus, to study the best or worse feminine performance in the respective elections and/or the exercise of the mandate. The analysis involves the 308 local governments and the 4.261 parish's existing in Portugal. It covers almost the totality of the elected officers in the period analysed which covers the elections of 1982, 1989, 1993, 1997, 2001 and 2005, with a total of 276.068 elected men and women, where a total of 24.905 were women.

Keywords: feminine participation; autarchic elections; Portugal.

Introdução

Nas últimas décadas tem sido amplamente discutida a questão da *participação política das mulheres*. O presente artigo tem como objectivo apurar a *frequência* positiva, ou negativa, daquela participação, no período compreendido entre 1982 a 2005 (últimos 25 anos) na Administração Local Autárquica em Portugal, com particular destaque para os órgãos das várias autarquias locais: a Câmara Municipal e Assembleia Municipal, a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia. Não se pretende, assim, averiguar ou avaliar da melhor, ou pior, *performance* das mulheres nas respectivas eleições e/ou no exercício do mandato que eventualmente obtiveram.

O propósito é, tão-só, ficar a jusante das constatações normativas, políticas e sociológicas e fazer uma análise *quantitativa* da *participação política das mulheres naquele período e naquele tipo de administração e respectivos órgãos*. Tratar-se-á de uma análise que envolve toda a Administração Local Autárquica em Portugal que é, na sua natureza, formada por 308 municípios (278 em Portugal Continental, 19 nos Açores e 11 na Madeira), onde cada Município é constituído por distintas autarquias locais, as freguesias num total de 4.261.

A caracterização dos eleitos apurados para as autarquias locais e a informação aqui tratada cobre a quase totalidade dos eleitos, elevando-se, o total dos eleitos apurados, a mais de 90% do total de eleitos no período em análise. Assim, o universo de eleitos apurados diz respeito às eleições de 1982, 1989, 1993, 1997, 2001 e 2005¹. A informação teve como fonte o Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (doravante STAPE) que gentilmente cedeu as suas publicações sobre cada um dos actos eleitorais autárquicos, por acto eleitoral, em separado. A agregação dos dados foi responsabilidade nossa. O total de eleitos apurados para o período em estudo foi de 276.068 homens e mulheres, com um universo de mulheres eleitas apuradas de 24.905. Números que, estatisticamente, revelam um grau de cobertura quase total.

1 Nos dados de 2005 não estão ainda disponibilizados pelo STAPE, em publicação livro, as informações respeitantes ao número de vogais eleitos apurados para a Junta de Freguesia e os presidentes e membros da Assembleia de Freguesia no ano de 2005. Nos restantes órgãos, e para 2005, os dados foram retirados na página do www.stape.pt.

1.- O contexto

Embora se saiba que existe um conjunto de fragilidades sociais que promovem algum favoritismo, de partida, no acesso dos homens às listas dos partidos concorrentes às respectivas eleições autárquicas também se sabe que, no caso das mulheres há, também, uma correspondência mais ou menos directa entre o desenvolvimento socioeconómico e a maior, ou menor, participação política daquelas (Araújo, 2007). Como referen Viegas e Faria (1999) a sua tradução em números é flagrante no caso português: desde 1974 e até à actualidade, a presença das mulheres nos governos constitucionais, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, nas listas partidárias, no elenco de filiados ou nos órgãos internos dos partidos é confrangedoramente baixa.

Há, apesar do que se expõe, quem defenda não ser verdade que a participação das mulheres seja maior ou menor conforme o grau de desenvolvimento do país. Em todo o mundo e num ranking de mais de 150 países, apenas 18 ultrapassam os 30% de participação das mulheres na política, são eles: o Ruanda, Suécia, Costa Rica, Finlândia, Noruega, Dinamarca, Países Baixos, Cuba, Espanha, Argentina, Moçambique, Bélgica, Áustria, Islândia, África do Sul, Nova Zelândia, Alemanha, Burundi, Tanzânia (*cf.* World Classification, “archive of statistical data on women in National Parliaments”, com referência a 30 de Setembro de 2006, em International organization of Parliaments of sovereign States). Portugal ocupa o 42º lugar com 21,3% (no que diz respeito à participação das mulheres no Parlamento).

Em termos de médias regionais são os países nórdicos que mais expressam a participação das mulheres, nomeadamente com uma média de 40,8%, sendo que na cauda está o Pacífico com 14,3% e os países árabes com 7,7%.

Defende-se, assim, que os principais obstáculos que contribuem para aquele cenário, são a: (i) existência de uma cultura política discriminatória em governos e partidos políticos; (ii) escassa valorização das capacidades e oportunidades das mulheres no exercício do poder político; (iii) falta de programas que promovam a participação das mulheres; e, (iv) maior dedicação das mulheres aos cuidados da família. Em Portugal, apesar da elevada participação das mulheres no mercado de trabalho e das transformações registadas nas últimas décadas, que

lhes trouxeram maior autonomia, as mulheres continuam a não ter visibilidade política e a assumir duplas e triplas tarefas com o cuidado dos outros (Tavares, 2003). Apesar disso, segundo aquele autor, podem considerar-se três factores que conduziram aos mais elevados níveis de participação política feminina nos países do Norte da Europa, onde a participação oscila entre os 30 e 40%: (i) as políticas sociais orientadas para a promoção da igualdade, como, por exemplo, a criação de estruturas de apoio às famílias, na medida em que cuidar das crianças e dos idosos foi assumido como um problema de toda a sociedade; (ii) as disposições normativas para garantir um equilíbrio de participação de mulheres e de homens nos órgãos de decisão política; e (iii) os sistemas eleitorais com base na proporcionalidade. Os estudos mostram, contudo, que a análise sobre género e representação política tem enfatizado uma origem multi-causal da subrepresentação feminina (Araújo, 2007) não sendo exacto, portanto, afectar as razões unicamente a um, ou a outros motivos.

A realidade mostra que a existência de dispositivos legais que imponham percentagens mínimas por sexo e a sua ordenação nas listas de candidatura acabam por ser mecanismos mais eficazes no alcance de uma maior percentagem de participação das mulheres. Trata-se, como é o caso, dos deputados para a Assembleia da República e o Parlamento Europeu” (Viegas e Faria, 1999). De todo o modo é praticamente um consenso que os sistemas proporcionais tendem a facilitar mais as eleições femininas (Araújo, 2007).

2.- Participação das mulheres no total dos eleitos apurados no conjunto dos órgãos autárquicos nos últimos 25 anos com referência ao total de eleitos no cargo

A metodologia seguida é mesma que é referenciada pelo STAPE nas diversas publicações ao longo dos anos. Assim, opta-se por caracterizar as mulheres eleitas isoladamente, resultando daqui sobretudo o facto de o seu número continuar a ser muito reduzido que, numa análise conjunta, seria completamente anulado pelo universo masculino; destaca-se, em especial, a participação das mulheres

eleitas para a presidência dos órgãos, em particular as mulheres que alcançam o mandato de presidente, qualquer que seja o tipo de autarquia ou órgão.

No conjunto dos anos observados (1982, 1989, 1993, 1997, 2001 e parte de 2005, como já se justificou) e na relação entre o número de eleitos apurados e o número de mulheres eleitas apuradas, no conjunto dos órgãos, pode concluir-se que: i) a participação das mulheres é maior nos órgãos deliberativos (Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, doravante AM e AF, respectivamente) do que nos órgãos executivos (Câmara Municipal e Junta de Freguesia, doravante CM e JF, respectivamente); ii) o total de eleitos (M) apurados no total de eleitos (HM) apurados é de 9,02%; iii) o total de eleitos (M) apurados presidentes no total de eleitos (HM) apurados presidentes (cargo) é de 5,32%; iv) o total de eleitos (M) apurados como *outros membros* no total de eleitos (HM) apurados como *outros membros* (cargo) é de 9,73%.

Os valores percentuais médios são confrangedoramente bastante mais baixos se comparados ou calculados não com referência ao cargo, mas com o total (HM) no conjunto dos órgãos. Assim, apenas 0,85% de mulheres chegam a presidentes no total de eleitos (HM) apurados e 8,17% a membros de outros órgãos.

A informação desagregado por órgãos permite concluir (a partir daqui as referências serão, essencialmente, feitas ao total de eleitos apurados no cargo, como se justificou no início deste ponto, sob pena do universo feminino ser completamente anulado pelo universo masculino) em relação ao total de eleitos apurados e o número de mulheres eleitas para a **Câmara Municipal** (*cf. quadro 1*) que:

Quadro 1

Relação entre o número de eleitos apurados, cargo, órgão e total, e o número de Mulheres eleitas apuradas para a Câmara Municipal (1982-2005)

Cargo		1982			1989			1993			1997			2001			2005		
		% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total
Presidentes	M	2,14	0,34	0,01	2,31	0,35	0,01	1,66	0,25	0,01	3,96	0,59	0,02	5,42	0,8	0,03	6,17	0,93	0,14
Vereadores	M	3,55	2,99	0,1	6,27	5,31	0,2	8,67	7,35	0,28	11,7	9,93	0,38	15	12,8	0,48	18,2	15,5	2,32
Total	M	3,33		0,11	5,67		0,21	7,6		0,29	10,5		0,4	13,6		0,51	16,4		2,46

Total Geral 1982/2005				
Cargo		% cargo	% órgão	% total
Presidentes	M	3,62	0,55	0,02
Vereadores	M	10,7	9,11	0,38
Total	M	9,66		0,41

Fonte: STAPE (1982, 1993, 1997a, 1997b, 2001a, 2001b, 2005)
construção própria

(i) a percentagem média de mulheres eleitas para o cargo de presidente da CM é de 3,62% e nos restantes membros mulheres (vereadores) de 10,74%; (ii) no conjunto de todos os anos e em ambas as situações (presidentes e vereadores) a participação das mulheres foi, nos últimos 25 anos, em média de 9,66%; (iii) a participação das mulheres tem vindo a aumentar em todos os anos, sendo que passaram de 3,33% em 1982 para 16,39% em 2005, obtendo-se, no período, um crescimento de 13.06 pp para o total de mulheres eleitas e de 4.03 pp. para as mulheres eleitas presidentes para a CM; e, (iv) o maior aumento verificado regista-se nas mulheres eleitas apuradas vereadoras com 14.65 pp (1982-2005).

Com referência à relação entre o número de eleitos apurados e o número de mulheres eleitas apuradas para a **Assembleia Municipal** (*cfr.* quadro 2) o panorama não é muito diferente em termos de evolução, concluindo-se que: (i) a percentagem média de mulheres eleitas para o cargo de presidente da AM é de 6,57% no conjunto de todos os anos, sendo que tem vindo a registar aumentos significativos, de 3,3% em 1982 para 10,97% em 2005; (ii) a percentagem média de mulheres eleitas para os mandatos referentes a outros membros é de 13,59% (9,16% em 1982 e 18,62% em 2005); (iii) obteve-se, no período, um crescimento de 7.67 pp. para as mulheres presidentes e de 9.46 pp. nas restantes mulheres eleitas para a AM; e, (iv) obteve-se, no período, um crescimento de 9.35 pp. para o conjunto das mulheres eleitas para a AM, sendo que o maior crescimento em pp. se registou nos outros *membros*.

Quadro 2

Relação entre o número de eleitos apurados, cargo, órgão e total, e o número de Mulheres eleitas apuradas para a Assembleia Municipal (1982-2005)

Cargo		1982			1989			1993			1997			2001			2005		
		% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total
Presidentes	M	3,3	0,1	0,02	4,32	0,2	0,02	5,67	0,26	0,03	7,49	0,33	0,04	7,36	0,33	0,04	11	0,42	0,25
Membros	M	9,16	8,88	1,43	10,8	10,3	1,28	11,4	10,9	1,36	14,1	13,5	1,68	17,8	17	2,16	18,6	17,9	10,7
Total	M	8,98		1,44	10,5		1,3	11,2		1,4	13,8		1,72	17,3		2,2	18,3		10,9

Total Geral 1982/2005				
Cargo		% cargo	% órgão	% total
Presidentes	M	6,57	0,27	0,04
Membros	M	13,59	13,03	2,03
Total	M	13,3		2,07

Fonte: STAPE (1982, 1993, 1997a, 1997b, 2001a, 2001b, 2005)
construção própria

No que diz respeito à autarquia local Freguesia e em particular o seu órgão executivo, a participação das mulheres tem vindo, também, à semelhança de outros órgãos, a ver aumentada a sua participação. Assim (*cf.* quadro 3) o número de mulheres eleitas para a **Junta de Freguesia** teve a seguinte evolução nos últimos 25 anos: (i) a percentagem média de mulheres eleitas para o cargo de presidente da JF foi de 3,58%, sendo que tem vindo a registar, também, ligeiros aumentos, de 1,86% em 1982 para 5,17% em 2005; (ii) obteve-se, no período, um crescimento de 3.31 pp. para as mulheres presidentes e de 8.87 pp. nas restantes mulheres eleitas para a JF (aqui por referência, por falta de dados, ao período 1982-2001), tendo-se alcançado um crescimento de 7.01 pp. para o total (também no período 1982-2001) e, mais uma vez, os vogais do órgão obtiveram crescimentos superiores ao cargo de presidente; (iii) no total, a participação feminina, no cargo e no período, teve uma participação média de 5,99%.

Quadro 3

Relação entre o número de eleitos apurados, cargo, órgão e total, e o número de Mulheres eleitas apuradas para a Junta de Freguesia (1982-2005)

Cargo		1982			1989			1993			1997			2001			2005		
		% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total
Presidentes	M	1,86	0,6	0,12	2,76	0,87	0,21	3,14	0,98	0,24	3,99	1,22	0,3	4,62	1,43	0,34	5,17	5,17	1,32
Vogais	M	3,75	2,54	0,49	4,94	3,38	0,82	6,2	4,26	1,03	8,45	5,86	1,43	12,6	8,73	2,08	0	0	0
Total	M	3,14		0,61	4,25		1,03	5,24		1,27	7,08		1,73	10,2		2,41	5,17		1,32

Total Geral 1982/2005				
Cargo		%cargo	%órgão	%total
Presidentes	M	3,58	1,25	0,29
Vogais	M	7,29	4,74	1,1
Total	M	5,99		1,39

Fonte: STAPE (1982, 1993, 1997a, 1997b, 2001a, 2001b, 2005)
construção própria

Quanto à relação do número de eleitos apurados e o número de mulheres eleitas apuradas para a **Assembleia de Freguesia** (*cf. quadro 4*) pode inferir-se que (aqui apenas com dados até 2001, *cf. nota rodapé anterior, n° 1, página xx*): (i) a percentagem média de mulheres eleitas para o cargo de presidente da AF é de 7,5% e nos restantes membros de 9,25%. No global e no conjunto de todos os anos as mulheres alcançam uma participação média na AF de 9,04%; (ii) obteve-se, no período, um crescimento de 9.17 pp. para as mulheres presidentes e de 10.81 pp. nas restantes mulheres eleitas para a AF; e, (iii) obteve-se, no período, um crescimento de 10.57 pp. para o conjunto das mulheres eleitas para a AF. Mais uma vez os *outros membros* a crescer superiormente à participação no cargo de presidente.

Quadro 4

Relação entre o número de eleitos apurados, cargo, órgão e total, e o número de Mulheres eleitas apuradas para a Assembleia de Freguesia (1982-2005)

Cargo		1982			1989			1993			1997			2001			2005		
		% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total
Presidentes	M	3,22	0,3	0,19	5,19	0,65	0,39	6,63	0,81	0,48	9,6	1,18	0,7	12,4	1,5	0,89	0	0	0
Membros	M	4,87	4,42	2,71	6,96	6,09	3,64	8,09	7,11	4,23	11,3	9,89	5,86	15,7	13,8	8,23	0	0	0
Total	M	4,72		2,89	6,74		4,03	7,91		4,71	11,1		6,56	15,3		9,13	0		0

Total Geral 1982/2005				
Cargo		% cargo	% órgão	% total
Presidentes	M	7,5	0,87	0,5
Membros	M	9,25	8,17	4,66
Total	M	9,04		5,15

Fonte: STAPE (1982, 1993, 1997a, 1997b, 2001a, 2001b, 2005)
construção própria

No que respeita à relação entre o número de eleitos apurados e o número de **mulheres eleitas apuradas presidentes no conjunto dos Órgãos** (*cf.* quadro 5) pode inferir-se que a percentagem média de mulheres eleitas para o cargo de presidente nos órgãos executivos (3,62% para a CM e 3,58% para JF) é mais baixa que nos órgãos deliberativos (6,57% para a AM e 7,50% para a AF).

Quadro 5

Relação entre o número de eleitos apurados, cargo, órgão e total, e o número de Mulheres eleitas apuradas Presidentes no conjunto dos órgãos (1982-2005)

		1982			1989			1993			1997			2001			2005			
Cargo		% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	% cargo	% órgão	% total	
Câmara Municipal	Presidentes	M	2,14	0,34	0,011	2,31	0,35	0,01	1,66	0,25	0,01	3,96	0,59	0,02	5,42	0,8	0,03	6,17	0,93	0,14
Assembleia Municipal	Presidentes	M	3,3	0,1	0,02	4,32	0,2	0,02	5,67	0,26	0,03	7,49	0,33	0,04	7,36	0,33	0,04	10,97	0,42	0,25
Junta de Freguesia	Presidentes	M	1,86	0,6	0,12	2,76	0,87	0,21	3,14	0,98	0,24	3,99	1,22	0,3	4,62	1,43	0,34	5,17	5,17	1,32
Assembleia de Freguesia	Presidentes	M	3,22	0,3	0,19	5,19	0,65	0,39	6,63	0,81	0,48	9,6	1,18	0,7	12,39	1,5	0,89	0	0	0
Total		M	2,63	0,34	0,08	3,65	0,52	0,16	4,27	0,58	0,19	6,26	0,83	0,27	7,45	1,01	0,33	5,58	1,63	0,43

Total Geral 1982/2005				
Cargo			%	
Câmara Municipal	Presidentes	M	3,62	
Assembleia Municipal	Presidentes	M	6,57	
Junta de Freguesia	Presidentes	M	3,58	
Assembleia de Freguesia	Presidentes	M	7,5	
Total			M	5,32

Fonte: STAPE (1982, 1993, 1997a, 1997b, 2001a, 2001b, 2005)
construção própria

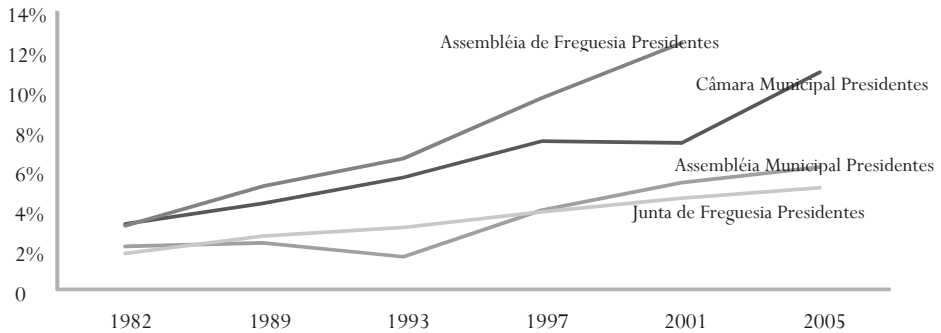
Assinala-se, contudo, que o crescimento da participação das mulheres no cargo de presidente foi maior na AF (9.17 pp.), seguido da AM (7.67 pp.), CM (4.03 pp.) e JF (3.31 pp.). A participação das mulheres, no total, e no acesso ao cargo de presidente foi em termos médios de 5,32%. No total e no cargo, o órgão com

mais visibilidade em termos de crescimento de participação feminina (presidentes e vereadores) foi a Câmara Municipal com 13.06 pp.

A percentagem média de mulheres eleitas para o cargo de presidente em todos os órgãos é, portanto, muito baixa registando-se, no conjunto de todos os anos, um moderado (2.2 pp) aumento dessa participação (*cf. gráfico 1*) no período de 25 anos.

Gráfico 1

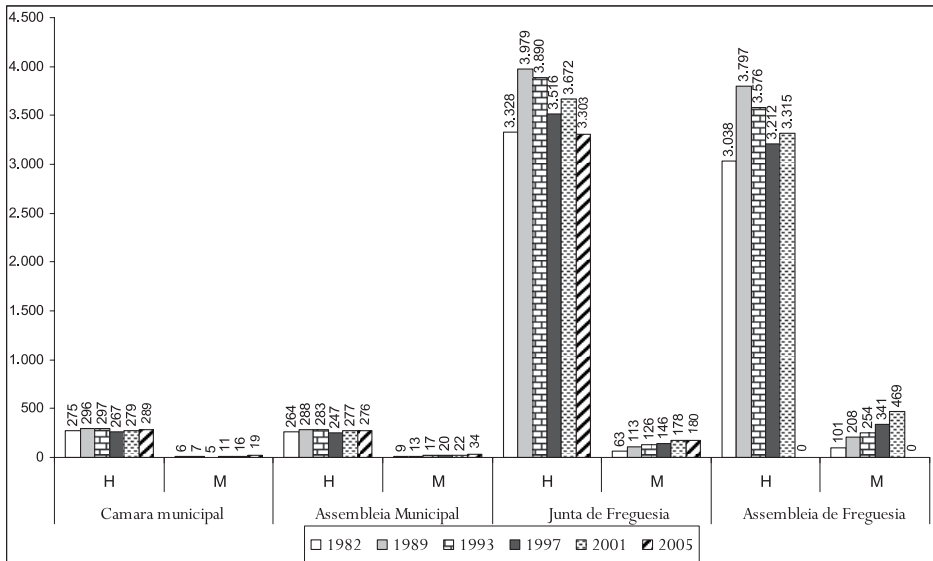
% de mulheres eleitas apuradas presidentes no total eleitos apurados no órgão, por ano



No conjunto, e nos últimos 25 anos, as mulheres alcançaram os seguintes mandatos (*cf. gráfico 2*): 64 Mandatos de Presidentes de CM (até 2005); 115 Mandatos de Presidentes de AM (até 2005); 806 Mandatos de Presidentes de JF (até 2005); e, 1373 Mandatos de Presidentes de AF (até 2001). No total de cargos de presidentes disponíveis, nos últimos 25 anos, as mulheres alcançaram 5,32% desses cargos.

Gráfico 2

Número de mandatos alcançados por homens e mulheres eleitos apurados, órgão e ano



3. Distribuição partidária da participação das mulheres no total dos eleitos apurados no conjunto dos órgãos autárquicos

A Análise da distribuição feminina, pelas diversas forças políticas [ou, pelo menos, os 4 maiores partidos, observação nossa] revela que a sua distribuição não é homogênea (STAPE, 2005), do mesmo se podendo inferir em relação a todos os anos analisados. No conjunto dos maiores partidos o PCP/PEV/APU é o partido e/ou coligação que mais mulheres elege no total de eleitos no partido e no conjunto dos órgãos, com uma média de 15,21%, seguido do Partido Socialista com 8,47%, o PSD com 7,48% e, por último, o CDS-PP com 6,26% (cfr. quadro 6).

Quadro 6

% de Mulheres eleitas apuradas no cargo, no partido, e no total dos partidos e ou coligações (1982-2001)

	Câmara Municipal				Assembleia Municipal				Junta de Freguesia				Assembleia de Freguesia				Total			
	Presidentes		Vereadores		Presidentes		Membros		Presidentes		Vogais		Presidentes		Membros		Presidentes		Membros	
	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /	cargo /
	partido	total	partido	total	partido	total	partido	total	partido	total	partido	total	partido	total	partido	total	partido	total	partido	total
PS	2,23	0,82	8,67	3,37	5,22	1,95	12,62	4,73	3,39	1,18	6,79	2,4	7,11	2,57	8,87	3,19	5,14	1,83	9,07	3,28
PPD/PSD	3	1,23	8,66	3,37	5,83	2,43	10,53	4,02	2,46	1,06	6,16	2,47	6,47	2,68	8,05	3,22	4,39	1,85	8,08	3,21
PCP/PEV	6,02	0,89	12,69	1,54	5,94	0,9	17,68	2,35	8,19	0,63	13,19	1,21	14,3	1,14	16,36	1,52	10,56	0,88	15,92	1,59
CDS-PP	0	0	6,75	0,44	5,08	0,21	11,07	0,9	1,71	0,11	4,43	0,29	5,95	0,4	6,03	0,43	3,79	0,24	6,65	0,48
Outros	6,06	0,14	11,07	0,39	8,33	0,14	13,71	0,4	4,02	0,33	10,51	0,93	8,96	0,7	12,38	0,93	6,39	0,49	11,99	0,83

Total Geral 1982/2001		
	cargo / partido	cargo / total
PS	8,47	3,06
PPD/PSD	7,48	3
PCP/PEV	15,21	1,48
CDS-PP	6,26	0,44
Outros	11,06	0,78

Fonte: STAPE (1982, 1993, 1997a, 1997b, 2001a, 2001b)
construção própria

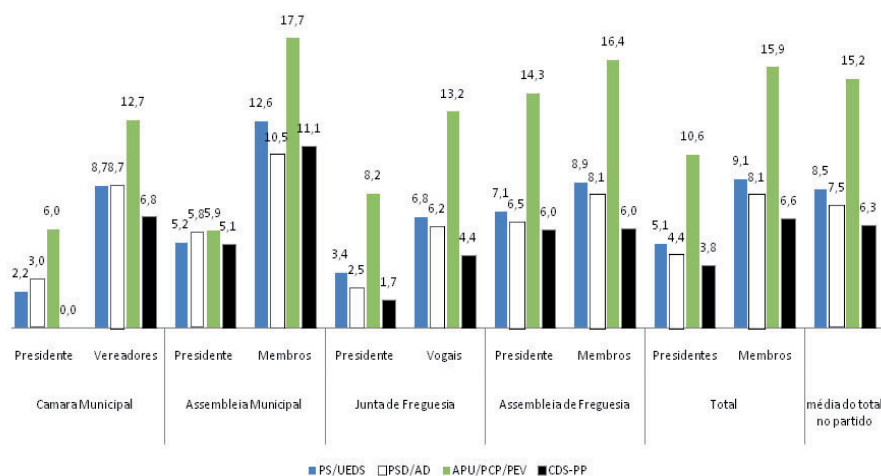
Se tomarmos como referência a relação do total de mulheres eleitas apuradas e as mulheres eleitas apuradas no partido, o PS e o PSD assumem o comando com 3,06% e 3,0%, respectivamente, relegando o PCP/PEV para terceiro lugar. O CDS-PP mantém-se, em qualquer das situações, em quarto lugar.

Desagregando por órgãos das respectivas autarquias, e no total de eleitos no partido, podemos observar que (*cf. quadro 6*): (i) na CM o partido que mais mulheres elege para a presidência é também o PCP/PEV com 6,02% no total de mulheres eleitas no órgão, no partido, e no período, seguido do PSD com 3,0% e PS com 2,23%; o PCP/PEV mantém a maior média percentual de participação das mulheres em todos os órgãos e em todos os anos se se tiver em conta o total de

mulheres eleitas no cargo pelo partido. Por outro lado se ponderar aquela participação no total de mulheres eleitas apuradas no conjunto dos partidos, o PSD é o partido que mais mulheres elege em todos os órgãos e em todos os cargos, com excepção apenas da AM vereadores e JF presidentes (onde fica em 2.º lugar, cedendo o 1º lugar ao PS).

Gráfico 3

% de mulheres eleitas no total de eleitos no partido, por órgão e total, no período 1982- 2001



(ii) na AM o partido que mais mulheres elege para a presidência é, também, o PCP/PEV, com 5,94% e 17,68% nas vereadoras, seguido do PSD com 5,83% na presidência e 10,53% nas vereadoras, o PS em terceiro com 5,22% para a presidência e 12,62% nas vereadores e, por último, o CDS-PP com 5,08% para a presidência e 11,07% nas vereadoras; (iii) na JF o partido que mais mulheres elege para a presidência é o PCP/PEV com 8,19% no total de mulheres eleitas pelo partido, no período 1982-2001, seguido do PS 3,39%, do PSD com 2,46% e do CDS-PP com 1,71%; e, (iv) na AF o partido que mais mulheres elege para a presidência é a PCP/PEV com 14,30% no total de mulheres eleitas

pelo partido, seguido do PS com 7,11% e do PSD com 6,47% e, por último, o CDS-PP com 5,95%.

Conclui-se pela análise desagregada, por órgãos, das respectivas autarquias locais que, em todas elas (CM, AM, JF e AF) na relação entre o número total de mulheres eleitas apuradas e o número de mulheres eleitas apuradas à *esquerda* (dois maiores partidos e ou coligações, PS/UEDS e PCP/PEV) e à *direita* (dois maiores partidos e ou coligações, PSD e CDS), é a *esquerda* que detém a maioria da participação feminina. No seu conjunto a *esquerda* detém, em média de todos os órgãos, uma participação de 51,82% e a *direita* de 39,29%.

De destacar, mesmo assim, que a *direita* obtém, entre si, e no conjunto dos órgãos, maior participação feminina nos órgãos deliberativos (41,76%) do que nos executivos (38,68%), a contrário da *esquerda* que obtém maior participação nos órgão executivos (53,41%) do que nos deliberativos (51,96%).

No conjunto dos órgãos executivos (CM+JF) e no conjunto dos cargos (presidente, vereadores, vogais e membros) a *esquerda* (53,41%) obtém maior participação feminina do que a *direita* (38,6%).

No conjunto dos órgãos deliberativos (AM+AF) e no conjunto dos cargos (presidente, vereadores, vogais e membros) a *esquerda* obtém 51,96% de participação feminina, superando a *direita* que tem 41,76%.

Note-se, contudo, que a participação feminina à *esquerda* é mais forte nos órgãos executivos (53,41%) do que nos deliberativos (51,96%) e, ao contrário da *direita*, aquela é mais forte nos órgãos deliberativos (41,76%) do que nos executivos (38,68%).

No conjunto dos órgãos executivos (CM+JF) e apenas para os cargos de presidente, a *direita* tem uma participação feminina de 57,58%, superior à da *esquerda* que é de 55,15%.

No conjunto dos órgãos deliberativos (AM+AF) e apenas para os cargos de presidente a *esquerda* tem 50,05% de participação feminina, superando a *direita* que tem 44,01%.

No total dos órgãos deliberativos e executivos e apenas nos cargos de presidente a *esquerda* tem uma participação feminina de 52,60% e a *direita* de 40,80%.

Quadro 7

Relação, em %, do total de eleitas apuradas e o total de eleitas apuradas à esquerda e à direita

	Câmara Municipal		Assembleia Municipal		Junta de Freguesia		Assembleia de Freguesia		Total		Total Geral
	Presidentes	Vereadores	Presidentes	Membros	Presidentes	Vogais	Presidentes	Membros	Presidentes	Membros	
Esquerda	55,56	53,86	50,62	57,08	54,74	49,50	49,49	50,65	51,21	51,89	51,82
Direita	40,00	41,81	46,91	39,69	35,15	37,79	41,12	39,32	39,55	39,26	39,29
Outros	4,44	4,33	2,47	3,22	10,11	12,71	9,40	10,03	9,24	8,85	8,89

construção própria

Deste modo não é extensível a todas as situações (cargo, órgão, ou no próprio partido) a ideia ou facto de que “Partidos de *esquerda* tendem a estimular mais a participação e a ampliar as hipóteses de eleição de mulheres (Lovenduski, 1993; Norris, 1993; Norris e Inglehart, 2003; IPU, 2000; Matland, 2002; Jatz e Mair, 1992) em Araújo, 2007), sendo que nalguns casos os maiores partidos de *esquerda* ficam-se, nalguns órgãos, por percentagens inferiores à dos partidos da *direita*. Inferindo-se, portanto, que existem outras dimensões, aqui não tratadas, internas ao contexto partidário, que afectam o recrutamento de mulheres, nomeadamente para aqueles cargos.

4. Relação por distritos da participação das mulheres no total dos eleitos apurados no conjunto dos órgãos autárquicos

Distritos grandes, portanto com maior número de candidatos e maior proporcionalidade, tenderiam a maior diversificação e inclusão de candidatos *outsiders* (Araújo, 2007) que no caso em análise o autor se refere como sendo às mulheres.

A análise dos dados permite, contudo, para o caso de Portugal e em particular a Administração Local Autárquica, inferir que tal pode não ser a realidade ou, pelo menos, extensiva a todos os distritos (*cfr.* gráfico 4).

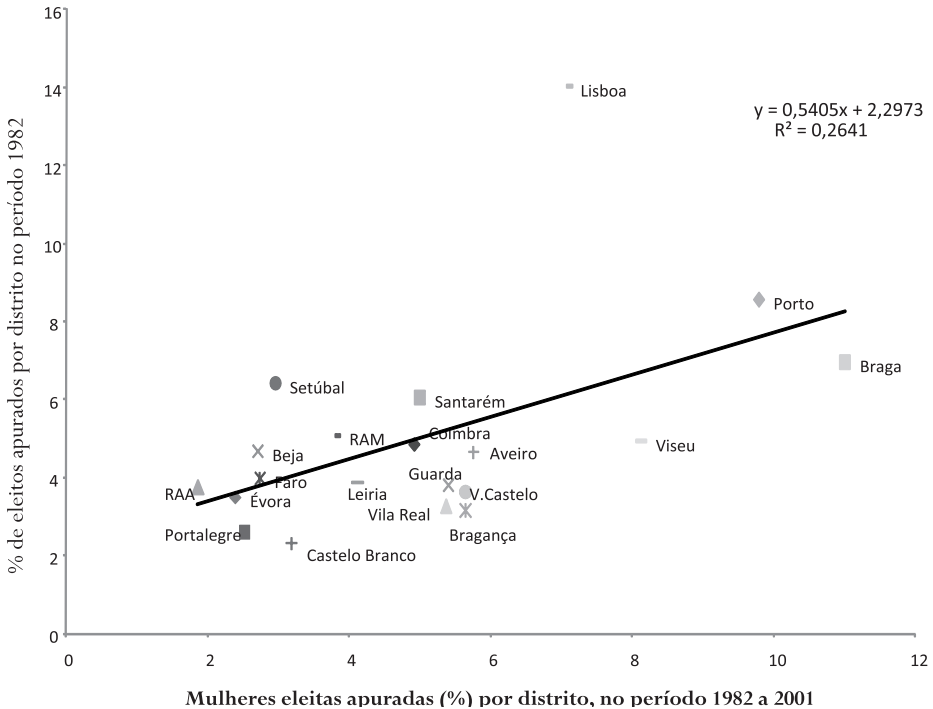
Ao nível dos distritos a distribuição das mulheres também não é homogénea, registrando-se no distrito de Setúbal o valor mais elevado, com 18,9% (*cfr.* mapa 1) de participação feminina no conjunto dos órgãos autárquicos, no período de 1982-2001.

Acima da média nacional (8,7%), no conjunto de todos os distritos, no período de 1982-2001, estão os distritos de Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém, Setúbal, RAM e RAA. Abaixo da média nacional (8,7%), no conjunto de todos os distritos, no mesmo período, estão os distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Dessa análise sobressai, em termos gerais, um maior peso relativo das mulheres eleitas nos distritos mais a sul do país, assim como nas regiões autónomas, situação, aliás, comum a todo o período analisado.

No gráfico 4 pode ver-se, também, que tendo em conta a relação do número total (homens e mulheres) eleitos, em percentagem, por distrito no período de 1982 a 2001, alguns distritos com uma percentagem elevada de lugares elegíveis (verificado pelo total de eleitos apurados no distrito) não terão uma correspondência ajustada à proporção que se esperaria do número de mulheres eleitas apuradas para esse distrito. Por exemplo, alguns distritos do Norte de Portugal estão muito aquém do que se esperaria tendo em conta os argumentos de que distritos grandes favorecem a participação das mulheres. Se se confrontar a linha de tendência no gráfico 4 verifica-se que de facto é positiva, para o total dos distritos e no período em análise, mas com significativos afastamentos para os distritos de Castelo Branco, Vila Real, Guarda, Portalegre, Viseu, Aveiro, Braga e Leiria.

Gráfico 4

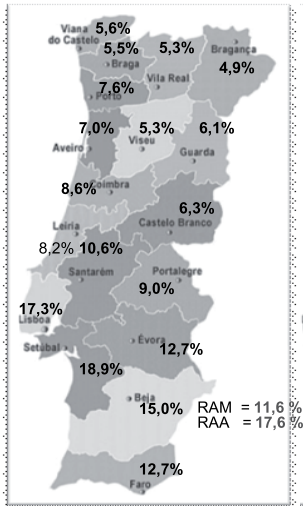
Eleitos apurados, em %, por distrito, total e feminino, conjunto dos órgãos, no período de 1982 - 2001



Da análise dos mapas 1 a 3 pode, ainda, inferir-se que os 25 anos de experiência democrática em Portugal não alteraram, na distribuição distrital, o panorama da participação das mulheres nas eleições autárquicas. A única exceção é de facto o distrito de Coimbra e o caso particular das Regiões Autónomas.

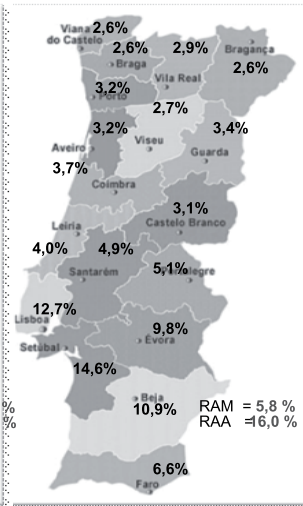
PEDRO NUNES

Mapa 1
Mulheres eleitas em % do total de eleitos: distribuição por distrito no conjunto dos órgãos (1982 - 2001)



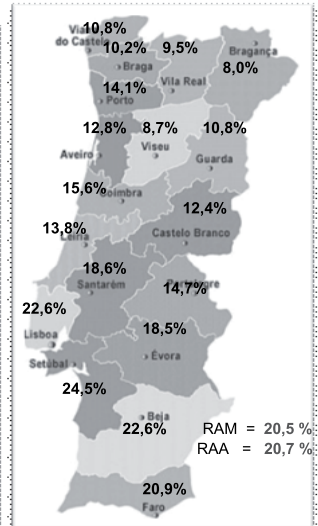
Média nacional período 1982 a 2001 = 8,7

Mapa 2
Mulheres eleitas em % do total de eleitos: distribuição por distrito no conjunto dos órgãos (1982)



Média nacional em 1982 = 5,1%

Mapa 3
Mulheres eleitas em % do total de eleitos: distribuição por distrito no conjunto dos órgãos (2001)

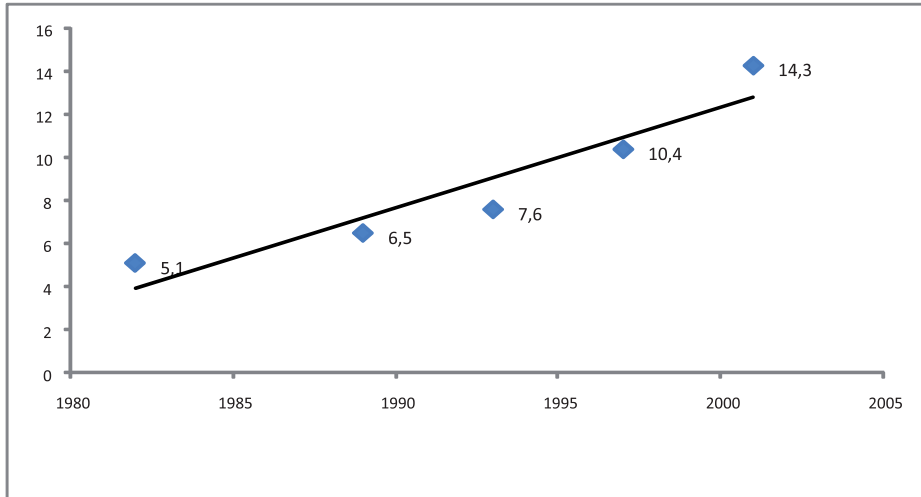


Média nacional em 2001 = 14,3

Todos os distritos observados mantiveram, tendo como referência a média nacional do ano, as mesmas posições, isto é, os que estavam abaixo daquela média em 1982, mantiveram-se na mesma situação 25 anos depois, salvo as exceções referidas. Ordenando os distritos da menor para a maior participação das mulheres no período de 1982-2001, em comparação com a média anual e média total do período sugere-se a seguinte representação.

Gráfico 5

% média das mulheres eleitas, no total de eleitos, no total dos distritos por ano



Se for tido em consideração a média nacional (8,7%) dos últimos 25 anos, só mesmo os distritos de Beja, Setúbal, Lisboa e RAA obtêm, em todos os anos, valores superiores àquela média. Com referência apenas ao ano de 2001 (*cf.* mapa 3), e por comparação com a média nacional do ano e do período, apenas os distritos de Viseu e Bragança ficam abaixo da média nacional. Este panorama é bem diferente e bem mais favorável do que o verificado em 1982, em que a média nacional era de 5,1% (*cf.* gráfico 5) e acima desta só estavam as regiões autónomas, Faro, Évora, Lisboa e Setúbal (*cf.* mapa 2).

Conclusões

O princípio da igualdade formal que permitiu às mulheres o acesso massivo à educação, à alfabetização e ao emprego parece não ter tolerado, da mesma forma, uma robusta participação das mulheres na política e, em particular, na administração autárquica que, como se conclui, continua confrangedoramente baixa e com números ainda muito frágeis e quase inexpressivos para algumas situações e no total de eleitos apurados.

O estudo tratou 276.068 eleitos apurados para as autarquias locais, no conjunto dos órgãos, e o seu grau de cobertura foi bastante significativo e homogéneo em todos os órgãos e em todos os anos, oscilando entre 97,3% na CM e 90,6% na AF. Das 24.905 mulheres eleitas apuradas, no período de 1982-2005, com correspondência a 9% do total (276.068), sugerem-se as seguintes conclusões:

Ao nível da participação das mulheres no total de eleitos apurados: (i) A participação das mulheres é maior nos órgãos deliberativos do que nos órgãos executivos; (ii) A participação feminina é menor nos cargos de presidente do que para os restantes eleitos, sendo que é mais elevada na presidência de órgãos deliberativos do que em órgãos executivos; (iii) O crescimento da participação das mulheres no cargo de presidente foi maior na AF, seguido da AM, CM e JF; (iv) A participação feminina, no conjunto dos órgãos e em todo o período, tem um significado de apenas 9,02%; (v) Por órgão, a percentagem média de participação feminina é mais elevada nos órgãos deliberativos; (vi) O maior aumento verificado regista-se nas mulheres eleitas apuradas vereadoras (CM) com 14.65 pp.; e, (vii) No conjunto dos órgãos, e em todo o período de 1982-2005, somente 5,3% das mulheres eleitas apuradas ocupam o lugar de presidente, para os restantes membros a percentagem sobe para 9,7%.

Ao nível da participação das mulheres no total de eleitos apurados, por partido ou coligação: (i) No conjunto dos maiores partidos o PCP/PEV/APU é o partido e/ou coligação que mais mulheres elege no total de eleitos no partido; (ii) Na relação do total de mulheres eleitas apuradas e as mulheres eleitas apuradas no partido, o PS e o PSD assumem o comando com 3,06% e 3,0%, respectivamente, relegando o PCP/PEV para terceiro lugar. O CDS-PP assume a quarta posição; (iii) Na CM o partido que mais mulheres elege para a presidência é o PCP/PEV com 6,02% no total de mulheres eleitas no órgão, no partido, e no período, seguido do PSD com 3,0% e PS com 2,23%; (iv) O PCP/PEV mantém a maior média percentual de participação das mulheres em todos os órgãos e em todos os anos se se tiver em conta o total de mulheres eleitas no cargo pelo partido; (v) Ponderando a participação no total de mulheres eleitas apuradas no conjunto dos partidos, o PSD é o partido que mais mulheres elege em todos os órgãos e em todos os cargos, com exceção apenas da AM vereadores e JF presidentes (onde

fica em 2.º lugar, cedendo o 1º lugar ao PS); (vi) Na análise desagregada, por órgãos, e na relação entre o número total de mulheres eleitas apuradas e o número de mulheres eleitas apuradas à *esquerda* e à *direita*, é a *esquerda* que detém a maioria da participação feminina. No seu conjunto a *esquerda* detém, em média de todos os órgãos, uma participação de 51,82% e a *direita* de 39,29%; (vii) A participação feminina à *esquerda* é mais forte nos órgãos executivos (53,41%) do que nos deliberativos (51,96%) a contrário da *direita* que é mais forte nos órgãos deliberativos (41,76%) do que nos executivos (38,68%); e, (viii) Em relação à presidência dos órgãos, no seu conjunto, a *direita* obtém, entre si, maior participação nos órgãos executivos (57,58%) do que nos deliberativos (44,01%), à semelhança da *esquerda* com 55,15% nos executivos e 50,05% nos deliberativos.

Ao nível da participação das mulheres no total de eleitos apurados, por distritos: (i) O distrito de Setúbal tem o valor mais elevado, com 18,9% de participação feminina no conjunto dos órgãos autárquicos, no período de 1982-2001; (ii) Acima da média nacional (8,7%), no conjunto de todos os distritos, no período de 1982-2001, estão os distritos de Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém, Setúbal, RAM e RAA; Abaixo da média nacional (8,7%), no conjunto de todos os distritos, no período de 1982-2001, estão os distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu; (iii) Em termos gerais, existe um maior peso relativo das mulheres eleitas nos distritos mais a sul do país, assim como nas regiões autónomas; (iv) Distritos com uma percentagem elevada de lugares elegíveis poderão não corresponder a distritos com maior participação feminina, veja-se o caso de Vila Real, Guarda, Bragança, Viana do Castelo, Braga, Viseu, Porto, Aveiro, etc.; (v) Todos os distritos observados mantiveram, tendo como referência a média nacional no ano, as mesmas posições, isto é os que estavam abaixo daquela média em 1982, mantiveram-se na mesma situação em 25 anos depois; (vi) Na distribuição partidária por órgãos e respectivos presidentes, de acordo com os dados apurados, constatou-se que para o total do país, no conjunto dos quatro órgãos autárquicos, no período 1982-2005, o PSD obtém a maioria (em termos absolutos) dos mandatos de mulheres eleitas apuradas presidentes com 740 mandatos e o PS com 730. O PSD obtém, ainda, o maior número absoluto de mandatos no período de

homens e mulheres (104.215); (vii) Para o total do país, no conjunto dos quatro órgãos autárquicos, no período 1982-2005, o PS o PSD mantêm-se praticamente iguais na taxa de participação feminina com referência ao total de mulheres eleitas (22.770) com 34,9% para o PS e 34,2% para o PSD; (viii) Para o total do país, no conjunto dos quatro órgãos autárquicos, no período 1982-2005, o PSD obtém a maioria dos mandatos de mulheres com referência ao total para o cargo de Presidente em quase todos os órgãos, sendo apenas a exceção a JF e AF; (ix) Para o total do país, no conjunto dos quatro órgãos autárquicos, no período 1982-2005, o PCP/PEV obtém a maioria dos mandatos de mulheres com referência ao total de mulheres eleitas apuradas no partido para todos os órgãos autárquicos; isto é, o PCP/PEV no que diz respeito á distribuição partidária, continua a ser a força política que mais mulheres elege, no total de eleitos apurados no partido.

Referências Bibliográficas

- Alkorta, Eider e Mata, José Manuel (2008). “El liderazgo político de las mujeres en España”. *VIII Congreso Español de Ciencia Política y de la Administración Política para un mundo em cambio*. Grupo de trabajo 08. www.aecpa.es/congreso_08/archivos/, acedido em 14 de Maio de 2008.
- Araújo, Clara (2005) “Partidos Políticos e Género: Mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política”. *Revista Sociologia Política* N°24.
- Araújo, Clara e Alves, José (2007). “Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre chances das Mulheres na Eleições e suas Interacções com a Cotas”. *Revista de Ciências Sociais (DADOS)*, Rio de Janeiro, Vol. 50, N°3.
- Blondet, Cecilia (1999). *Las Mujeres y la Política en la década de Fujimori*. Documento de trabajo N° 109. Série Sociología e Política, N° 26. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.
- Chhibber, Pradeep (2002). “Why some Women are politically active: the household, public space and political participation in Índia”. *International Journal of Comparative Sociology*, Vol. 43, N° 3-5.
- Grossi, Miriam Pillar e Miguel, Sónia Malheiros (2001). “Transformando a diferença: as mulheres na política”. *Estudos Feministas* Ano 9, 2º semestre.

- STAPE (1982). *Caracterização dos Eleitos para as Autarquias Locais – 1982*. Lisboa: Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral. Ministério da Administração Interna.
- STAPE (1993). *Caracterização dos Eleitos para as Autarquias Locais – 1989*. Lisboa: Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral. Ministério da Administração Interna.
- STAPE (1997a). *Perfil do Autarca - Caracterização dos Eleitos Locais – Autárquicas 1993*. Lisboa: Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral. Ministério da Administração Interna.
- STAPE (1997b). *Caracterização Sociográfica das Mulheres Eleitas para as Autarquias Locais – 1993*. Lisboa: Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral. Ministério da Administração Interna.
- STAPE (2001a). *Caracterização das Mulheres Eleitas – Autárquicas 1997*. Lisboa: Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral. Ministério da Administração Interna.
- STAPE (2001b). *Caracterização dos Eleitos Locais – 1997*. Lisboa: Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral. Ministério da Administração Interna.
- STAPE (2005). *Perfil do Autarca - Caracterização dos Eleitos Locais 2001*. Lisboa: Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral. Ministério da Administração Interna.
- Tavares, Manuela (2003). “Políticas neoliberais e a participação política e social das mulheres”. *Fórum Social Português. Conferência: As políticas neoliberais e a degradação da democracia*. 7 de Junho de 2003, Aula Magna da Reitoria. Lisboa, <http://umar.no.sapo.pt/investigacao/comunicacoes>, accedido em 29 de Maio de 2008.
- Viegas, José Manuel Leite e Faria, Sérgio (1999). *As Mulheres na Política*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- World Classification. “Archive of statistical data on women in National Parliaments”, com referência a 30 de Setembro de 2006. *International organization of Parliaments of sovereign States*, <http://www.ipu.org/wmn-e/> accedido em 2 de Maio de 2008.

El presente artículo fue recibido el 18 de junio de 2008 y aprobado para su publicación el 22 de agosto de 2008.